



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

18. ENTREVISTAS

BRASILIA, DF, 1º DE OUTUBRO

AOS JORNALISTAS CREDENCIADOS NO PALACIO DO PLANALTO, APÓS A VISITA AS NOVAS INSTALAÇÕES DA SECRETARIA DE IMPRENSA.

As perguntas dirigidas ao Chefe do Govêrno e as respostas respectivas foram as seguintes :

Pergunta — Lembrando palavras pronunciadas por V. Exa. na posse do Ministro Carlos Medeiros, um jornalista pergunta sôbre uma nova lei de imprensa.

Resposta — Inicialmente, eu aproveiteo o editorial do «Jornal do Brasil» de 28 do mês último. Recusa-se a acreditar esteja o Govêrno cogitando de uma nova lei de imprensa. Isto me surpreendeu, pois, realmente, a sete de julho dêste ano, ao empossar o atual Ministro da Justiça, afirmei que a revisão da atual lei seria empreendida. Diz ainda o articulista : «A legislação ordinária já fornece todo o instrumental punitivo necessário, faltando apenas que se queira cumprir a lei».

Há um engano. Peço que observe a falta evidente de condições na própria lei para o seu integral cumprimento.

O eminente jornalista Austregésilo de Athayde, em um de seus últimos artigos, dá curso a uma notícia de que o Govêrno tem «a intenção de promulgar uma nova lei de imprensa, com o objetivo, é claro, de aumentar penalidades para os crimes e diminuir o âmbito de sua liberdade».

Nunca pensamos em enveredar por êsse caminho tão escabroso. O boato entrou na pena do ilustre acadêmico e, a esta hora, já é uma versão. Êle diz que *inocentes* julgam que todos

os males que afligem o país têm como única origem os excessos da imprensa e, para corrigi-los, pensam numa «lei de força». Declaro que o Governo não se apóia na inocência nem deseja a truculência. Trata-se apenas de defender a verdade, garantir a vez de uma objetiva defesa, e assegurar um processo em que o acusador e o acusado tenham tratamento igual no tempo e em outras condições de julgamento. Todos devem ter liberdade e cada qual se comporte com responsabilidade. Isso é também democracia, e assim se faz nos países democráticos.

O vigoroso editorial do «Jornal do Brasil», num julgamento que muito me eleva, declara que eu me tenho empenhado em manter «intocada a liberdade da imprensa no país, mesmo quando o processo revolucionário atravessou as suas crises mais graves». O Sr. Austregésilo de Athayde, rematando os seus duros prognósticos, volta-se para o recente passado e para a atualidade, e de maneira desvanecedora me concede também o título de honra — «o ter podido realizar o (meu) programa sem ferir a liberdade de imprensa». Podem confiar, então nas intenções do Governo.

Pergunta — Algumas perguntas fazem referência às recentes manifestações estudantis, e pedem a impressão de V. Exa., a respeito.

Resposta — Ninguém lamenta mais do que eu as perturbações na vida universitária. Para os jovens, o essencial é dar-lhes conhecimentos para o exercício de uma profissão. O Ministério da Educação já se reajustou e ainda se recupera para a prática dessa finalidade principal. Mas também deve ser permitido ao universitário ganhar condições para o exercício da vida pública. O Governo não tem faltado ao cumprimento do que lhe cabe promover nesse setor. Não se deve confundir, porém, a garantia da liberdade estudantil com a agitação almejada para fins nada cívicos nem políticos. O apedrejamento da biblioteca, encimada com o nome de Thomas Jefferson, não pode pertencer ao temário de reivindicações estudantis. Isso não valoriza o estudante. Por outro lado, a autoridade do professor, diretor, reitor e Governo deve coexistir com os anseios generosos e ideais dos moços.

«O Globo», há uma semana, num editorial sereno e de posição nítida, observa que a «abertura de uma fase de agitações é de

um irrealismo político gritantemente juvenil. Não espanta assim que os estudantes, pela sua inexperiência, caiam nesse êrro, servindo de massa de manobra aos que querem tirar dividendos políticos de um clima de conturbação nacional». Ainda assinala que os incidentes «trazem a marca de sangue derramado. Em vez do agente do poder público (um soldado morto em Goiânia), o sacrificado poderia ter sido um jovem». Isso consiste num patriótico apêlo: basta de explorações e equívocos. Os estudantes estão agora sendo enganados. Não tardará fiquem desenganados de seus falsos líderes. E lembro, finalmente, a leitura da carta do Professor Moniz de Aragão, Ministro da Educação, publicada ontem no «Jornal do Brasil», na qual se vê uma síntese fiel e honesta das atividades do seu Ministério pela elevação do nível moral e intelectual dos estudantes.

Pergunta — Existe, também, uma indagação a V. Exa. sobre a chamada «frente ampla».

Resposta — Meu pensamento é igual ao de um trecho incisivo e franco do editorial do «Diário de Notícias» de ante-ontem, em que examina os componentes da «frente ampla»: No íntimo, nenhum esquece nem abjura o que sentia e o que dizia do outro. Mas exteriormente o finge — porque cada um quer tirar proveito da força eventual do outro, do prestígio do outro, da ajuda que o outro lhe possa trazer aos propósitos ocultos. Em suma, cada um acha que está enganando o outro». É completo o meu pensamento: mas não enganam a Revolução, o Governo e a Arena, nem o povo e as Forças Armadas.

Pergunta — Indaga-se, Sr. Presidente, a respeito do calendário eleitoral e da posse dos eleitos.

Resposta — Creio já ser um assunto exaurido. Está esgotado até pelo MDB e pela «Frente Ampla», aquêle dizendo que foi o elemento decisivo da sua próxima efetivação e esta proclamando que a sua atuação eliminou o continuismo, ambos alegando, sem dúvida a prestação de bons serviços aos eminentes candidatos — Costa e Silva e Pedro Aleixo. O editorial de anteontem do «Jornal do Brasil» expressa bem o que pensa a Nação: «Tôda e qualquer especulação sôbre a posse em têrmos que fogem ao estabelecido

não passa de fantasia, conforme tem demonstrado o Presidente da República, principal fiador da execução do processo sucessório em marcha. Falar em prorrogação do mandato presidencial atual ou mencionar outros recursos igualmente afastados da realidade não significa senão fazer o jôgo dos provocadores, interessados em perturbar o caminho da restauração da ordem democrática».

Afirma ainda : «Só a leviandade irrealista, aliada aos advogados da perpetuação do impasse, pode pensar e agir de outra forma, como se fôsse possível abalar a estrutura do poder por fôrça de boatos ou de caprichos pessoais». E não é infenso à *continuidade revolucionária*.

Pergunta — Um jornalista alude a diálogos, reportando-se ao editorial de determinado órgão.

Resposta — Um jornal de oposição sistemática assevera que o Governo foge a qualquer entendimento prévio, isolando-se ensimesmado. Um dos aspectos das relações públicas que mais me surpreende nestes últimos tempos é a improba utilização da palavra «diálogo». Invocam-na, muitas vêzes, como cobertura da determinação de não trocarem idéias. Não desejam terçar as armas de pensamentos opostos, e sobretudo, teimam em não revelar, frente a frente, seus verdadeiros objetivos.

É injusta a acusação de o Governo não dialogar. Falar alternadamente tem sido também um modo de ação do Presidente, dos Ministros e dos detentores de altos cargos. O projeto de lei da organização estudantil foi discutido amplamente com universitários, professôres, diretores e reitores. A reforma agrária foi submetida a um debate em tôdas as áreas interessadas. A questão das concessionárias, política de minérios, garantia de estabilidade dos trabalhadores, tributação, etc., foram problemas tratados a fundo com associações de classe e outras organizações. Muitos reparos e sugestões foram levados em conta.

O Presidente já visitou 97 cidades do Brasil e, em tôdas elas, deu audiências, ouviu proposições e trocou impressões. Já concedeu muitas entrevistas à imprensa. Ministros, por sua vez, percorrem Estados, e aí, repetidamente, debatem assuntos, esclarecem

e orientam, quer com as mais variadas entidades, quer em entrevistas ou em exposições na imprensa e na televisão. E, hoje, como conhecem os jornalistas, a Presidência da República é a maior fonte de notícias.

O diálogo exige, antes de tudo, uma honesta revelação de propósitos. A êle, o Governo tem comparecido com o ânimo de acertar e servir ao Brasil. E, a respeito de dialogar, aceita cotejo com os Governos anteriores.

Pergunta — Finalmente, Senhor Presidente, indaga-se das relações entre V. Exa. e o Marechal Costa e Silva, candidato da ARENA à Presidência da República.

Resposta — Não são especiais, nem extraordinárias. Não tomo cautelas para mantê-las e não uso artifícios para entretê-las. São naturais, normais, desembaraçadas. Domina a origem de uma velha camaradagem e de uma antiga estima. Um remoto destino comum nos tem conservado fraternos. Os propósitos iguais de bem servir ao Brasil são a nossa identificação. E a Revolução nos irmana.